

## A MEU VER

### A IMPORTÂNCIA DA IMPLANTAÇÃO DA DEMOCRACIA E PERSPECTIVAS FACE AO TRÍDUO ELEITORAL PRÓXIMO

Com a implantação da democracia, deu-se forma a um Portugal livre, a um Portugal de direito e a um Portugal dos portugueses enquanto cidadãos. Pôs-se termo às ilegalidades que tão bem caracterizaram o período ditatorial e às eleições fraudulentas e sem voz que deram o governo, a quem o respeito pelos direitos de cidadania não queria imperativo.

Todo este processo, a princípio instável e de difícil concretização, levou a cabo uma política de abertura do regime a uma Europa de pulso firme, mas parcialmente destruída, e a um Mundo inteiro de cultura, comércio, sociedade e presença.

Procedeu-se à modernização do Estado e à promoção do bem-estar social e comunitário, orientando-o para a vertente ligada à solidariedade para com os mais carenciados e para a adopção de medidas que garantam boas condições de trabalho aos cidadãos.

A posterior adesão à CEE (agora União Europeia) permitiu que, e através da utilização dos fundos comunitários, se desenvolvessem áreas como a agricultura, a pesca, a indústria e o comércio externo, bem como a cooperação económica entre Estados, que contribui, permanentemente, para a melhor e mais eficaz prestação de cuidados de saúde, para o crescimento de políticas sociais norteadas para o apoio em caso de doença ou velhice, à família e à criança, e para a solidificação de sistemas de educação.

Apostou-se em Portugal e Portugal afirmou-se!

Em termos eleitorais, penso que é de referir que o tríduo tem em comum um ponto em instância última, a defesa dos Portugueses, mas a níveis diferentes. Os interesses defendidos pela eleição autárquica, legislativa e europeia são distintos e, por conseguinte, devem ser calculados da forma que melhor se lhe

adequa, porque esta última tem em vista a divulgação e protecção do interesse nacional em meio europeu e, por isso, as medidas a aplicar nestes contornos serão diferentes das a aplicar em meio interno (legislativas e autárquicas).

Cuido que, por um lado, irá haver um alargamento do universo de eleitores, uma vez que todos os cidadãos que completaram 18 anos no ano corrente foram, automaticamente, inscritos de modo a que possam votar sem necessário ser o preenchimento de burocracia referente ao processo, por outro, a problemática da abstenção manter-se-á, pois ainda não houve um estudo pormenorizado da mesma, nem uma abordagem directa com os cidadãos no sentido de a inverter.

A meu ver, o voto nestas mais próximas eleições, as Europeias, poderá reflectir

uma sanção ao partido que detém o governo actual face à censura que lhe tem sido sobreposta, algo que considero extremamente incorrecto/ non sense, pois como já referi, os interesses defendidos são dissemelhantes.

Sob outro ponto de vista e no que respeita às eleições legislativas, em minha opinião, uma considerável percentagem dos votos basear-se-á na ideia de que o voto num partido diferente poderá resultar em mais um motivo que contribua para o agravamento da instabilidade económica.

No que tange ao modo como irão decorrer os três actos eleitorais, muito embora possa sobressair a ideia de paz cívica e democrática, perspectivo que dadas as actuais circunstâncias "de crise" possam acontecer mais pontos de conflito do que o habitual.

**Vitória Melo, 9ºB**

